



Trabalho de artista gráfico que vive na Bélgica representa o coração do mundo batendo por Paris e satélite revela Mariana antes e depois do rompimento da barragem

Atenção do Senado se volta para as tragédias em Mariana e Paris

Maioria dos discursos de ontem tratou do desastre ambiental e dos atos de terrorismo. Hoje uma comissão de senadores visita o município mineiro

Senadores cobraram ontem responsabilização dos culpados pelo acidente que eliminou grande parte da fauna do Rio Doce, em Minas Gerais, e condenaram os ataques terroristas que

mataram mais de 130 pessoas na capital da França. O desastre ambiental no Brasil motivou uma visita que será feita ao município mineiro hoje, quando parlamentares da Comissão de Infraestrutura vão analisar as causas do

rompimento da barragem da Samarco. Os atentados em Paris, por sua vez, fizeram o presidente do Senado, Renan Calheiros, enviar uma carta de solidariedade ao presidente do Senado francês, Gérard Larcher. **3**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Estudantes do Projeto Jovem Senador 2015 em frente às redações selecionadas

Jovens senadores recebem boas-vindas em Brasília

Os estudantes dos 26 estados e do Distrito Federal selecionados para o Projeto Jovem Senador de 2015 começaram ontem a aprender mais sobre o Poder Legislativo do país. Eles terão a oportunidade de apresentar sugestões de propostas. **8**

Comissão recebe ideias para trânsito mais seguro **6**

Parlamentares podem votar hoje 13 vetos **7**

Congresso lembra atuação de Djalma Maranhão **2**

Ministros preveem investimentos novos em infraestrutura de logística

Rodovias, ferrovias, portos e aeroportos deverão receber mais recursos e colaborar para o desenvolvimento do Brasil, segundo ministros que ontem participaram de audiência na Comissão de Infraestrutura. **6**



Garibaldi (3º à esq.) entre Natália Marcassa, Helder Barbalho e Eliseu Padilha

especial Cidadania

Decreto apoia amamentação e limita publicidade infantil

Lei que trata da comercialização de alimentos para mães e bebês durante a amamentação foi regulamentada por decreto no início do mês. Ao limitar a publicidade

de produtos industrializados, como papinhas e leites artificiais, decisão busca incentivar o aleitamento materno como base da alimentação na primeira infância. **4 e 5**



Fortalecer o aleitamento materno é o objetivo da decisão do governo

Wilson Dias/ABr

Dados levados a CPI apontam genocídio de jovens negros **7**

Sessão celebra 145 anos do Instituto Mackenzie **2**

Congresso lembra legado de Djalma Maranhão ao ensino

Em sessão de homenagem ao centenário do ex-prefeito de Natal, que morreu em 1971, exilado no Uruguai, convidados e parlamentares destacam a importância de sua luta para reduzir o analfabetismo

O CENTENÁRIO DE nascimento do ex-prefeito de Natal Djalma Maranhão foi celebrado ontem em sessão solene do Congresso. Parlamentares e parentes destacaram sua luta contra o analfabetismo e em defesa da reforma agrária e do capital nacional. Maranhão morreu em 1971, aos 55 anos, em Montevidéu, no Uruguai, quando estava no exílio, depois de ter sido deposto da prefeitura pelo regime militar.

Fátima Bezerra (PT-RN), autora do requerimento de homenagem, disse ser importante não deixar que o legado do ex-prefeito caia no esquecimento. A senadora lembrou que, no início dos anos 60, Natal tinha poucas escolas e alto índice de analfabetismo, panorama que foi modificado pelo prefeito Djalma Maranhão e pelo secretário de Educação, Moacyr de Góes.

— A situação do município era dramática. O número de escolas públicas regredira ao longo dos anos, em vez de aumentar. Natal contava com uma população de quase 150 mil habitantes, dos quais mais de 30 mil eram analfabetos, entre adultos e crianças — explicou.

José Agripino (DEM-RN) disse que se inspirou em Djalma Maranhão quando foi governador do Rio Grande do Norte e prefeito de Natal. O senador afirmou ter aprendido com ele que os feitos que marcam realmente a população não são



Familiares de Maranhão, deputados, senadores e convidados da sessão especial

obras de avenidas e viadutos, mas os programas sociais. Para Agripino, o homenageado honrou o espírito público de civilidade e de boa convivência do potiguar.

Segundo Cristovam Buarque (PDT-DF), o ex-prefeito de Natal é o maior símbolo político na luta contra o analfabetismo e também um “símbolo da esquerda que luta por reformas”.

— Quando se trata de adultos, alfabetizar é uma questão de direito humano, e não de educação. Não ser alfabetizado no mundo letrado é uma forma de tortura. E ainda há 13 milhões de analfabetos adultos no país — afirmou.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) lembrou que Maranhão conviveu com Darcy Ribeiro no exílio.

— Certa vez, Darcy disse que a saudade de sua terra foi a causa principal da morte de Djalma Maranhão — lembrou.

Emocionada, a filha do homenageado, Ana Maria Cavalcanti Maranhão Fagundes, disse que, ao ver o Plenário cheio, teve a certeza de que a luta do pai não foi em vão.

Cartilha

No fim da sessão, foi lançada a cartilha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, a mesma usada pela Prefeitura de Natal sob o comando de Djalma Maranhão. A publicação foi reeditada pela Gráfica do Senado e apresentada por Fátima Bezerra:

— Era a cartilha usada na época e que ensinou milhares de potiguares a ler e a escrever. Era uma educação que preparava para vida. Espero que as reflexões aqui propostas sejam capazes de motivar aqueles que lutam em defesa da educação pública de qualidade. Era o sonho de Djalma e o nosso também — concluiu.

Igreja Presbiteriana e Mackenzie são homenageados

Os 156 anos da Igreja Presbiteriana do Brasil e o 145º aniversário do Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM) foram celebrados ontem em sessão especial no Senado.

Na presidência da sessão, José Medeiros (PPS-MT), que propôs a homenagem, destacou a importância do presbiterianismo, prestando assistência religiosa e educacional, além de apoio a populações carentes.

— No ambiente contemporâneo marcado pelo individualismo, a mensagem presbiteriana é cada dia mais

atual, contribuindo para a idealização de um mundo mais justo e solidário — afirmou o senador.

O presidente da Igreja Presbiteriana do Brasil, reverendo Roberto Brasileiro Silva, reafirmou o compromisso com a melhoria das condições de vida da população.

— A Igreja Presbiteriana é uma igreja que se envolve com a vida social, com as lutas, com as dores deste país — disse.

O Sistema Mackenzie de Ensino é adotado em 3 colégios e 240 escolas associadas, como informou o presidente do IPM,

Maurício Melo de Meneses.

O exemplo de tolerância do Mackenzie foi elogiado por Hélio José (PSD-DF) e Roberto Rocha (PSB-MA), que repudiaram os atos de terrorismo de sexta-feira em Paris.

— Ainda atônitos com a escalada de violência, alimentada pelos discursos da fé, a lição que o Mackenzie nos dá é que não só é possível conviver com diferentes visões de mundo, mas afirmar sua própria visão pelo exemplo, sem impor verdades e com genuína aceitação da diferença — frisou Roberto Rocha.

Os parlamentares parabenizaram o reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Benedito Guimarães Aguiar Neto, pela excelência do ensino na instituição. Os senadores destacaram que ela está entre as melhores universidades privadas de São Paulo e é destaque no ensino superior da América Latina.



Valores do presbiterianismo e qualidade educacional foram citados na sessão

Senado faz acordo com universidade da Escócia para formação de servidores

O Senado assinou ontem, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), acordo com a Universidade de Dundee, na Escócia, para cooperação e intercâmbio, que permitirá o aperfeiçoamento de servidores da Casa.

Dundee é referência na área de petróleo e gás, mas pode oferecer outros cursos, segundo Peter Cameron, diretor do Centro para Energia e Petróleo da universidade, que assinou o memorando.

Segundo ele, a universidade tem muito a oferecer:

— O Brasil é um país muito

grande, com uma enorme diversidade em todos os sentidos; então, os desafios que ele enfrenta são também muito grandes — afirmou.

Cameron deve estudar uma forma de atender pleito do ILB de customizar os cursos para que tenham menor duração — e possam, assim, se enquadrar na licença-capacitação dos servidores, por exemplo — e menor custo.

Para o diretor-adjunto do ILB, Paulo Viegas, o desafio é fazer com que o convênio saia do papel, diante, inclusive, das restrições orçamentárias.

ERRAMOS

Diferentemente do que consta nas páginas 1 e 3 de ontem, os projetos na pauta de hoje do Congresso não serão votados em sessão conjunta porque surgiram em comissões mistas. Os projetos estão na pauta do Congresso porque são relativos a matérias orçamentárias, seguindo a tramitação prevista na Resolução 1/2006 do Congresso.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CCT Banda larga pública

9h A comissão analisa o PLS 431/2014, que prevê a prestação do serviço de internet em banda larga em regime público, e mais 39 itens.

CMA Rio São Francisco

9h30 A comissão faz audiência interativa para debater programa de revitalização do Rio São Francisco.

CAE Cade e Petrobras

10h A comissão sabatina Victor Santos Rufino, indicado para ser reconduzido ao cargo de procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada no Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Logo depois, audiência interativa para tratar do endividamento da Petrobras e esclarecimentos sobre como a empresa pretende recuperar sua capacidade de investimento.

CDR Saneamento básico

10h A comissão promove a quarta audiência pública interativa de avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico.

PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

11h Renan Calheiros recebe o ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça. Logo depois, participa da posse dos jovens senadores. Às 15h30, recebe prefeitos de três cidades alagoanas. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária. Às 19h, dirige sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à análise dos dispositivos pendentes de apreciação, referentes aos Vetos Presidenciais 21, 25, 26, 29, 31 e 33, de 2015, dos Vetos Presidenciais 37 a 43, de 2015, e dos Projetos de Lei do Congresso Nacional 2, 3, 4, 8 e 9, de 2015.

CE Esporte na escola

11h30 A comissão analisa o PLS 488/2015, que incentiva a prática esportiva nas escolas, e mais 12 itens.

JOVEM SENADOR Posse e eleição

11h30 Posse dos jovens senadores e eleição da Mesa Jovem.

ORÇAMENTO Reuniões de líderes

13h Reunião do colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento para tratar da Lei Orçamentária de 2016 e outras matérias. Outras reuniões estão previstas para as 14h30 e as 17h.

PLENÁRIO Risco hidrológico

14h O primeiro item da pauta é o Projeto de Lei de Conversão 23/2015, originário da Medida Provisória 688/2015, que transfere ao consumidor final o risco hidrológico (pela falta de chuvas) na geração hidrelétrica de energia e prorroga contratos das usinas ou suas concessões para compensar os prejuízos de 2015 com a geração menor.

MERCOSUL Tarifa aeroportuária

14h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul aprecia requerimento e analisa o PL 3.046/2011, que dispõe sobre a isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.

TRANSPARÊNCIA Instalação

15h Instalação e eleição do presidente e vice-presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública para o biênio 2015–2016.

CONGRESSO Análise de vetos

19h Sessão do Congresso Nacional destinada à apreciação de vetos presidenciais, dos Projetos de Lei do Congresso Nacional 2, 3, 4, 8 e 9/2015 e de outros expedientes.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Tragédia em MG e terrorismo mobilizam Senado

O desastre ambiental e social de Mariana (MG) e os ataques terroristas na França, na sexta-feira, foram temas dos discursos dos senadores em Plenário ontem. Eles cobraram res-

ponsabilização dos culpados pela tragédia em Minas (que atinge também o Espírito Santo) e condenaram o terrorismo. Hoje parlamentares da Comissão de Infraestrutura vão à cidade mineira inves-

tigar as causas do rompimento da barragem. Já os atentados que deixaram ao menos 130 mortos em Paris motivaram carta de Renan Calheiros ao presidente do Senado francês.

Senadores da Comissão de Infraestrutura vão hoje a Mariana avaliar causas de desastre ecológico

Senadores da Comissão de Infraestrutura do Senado (CI) farão diligência hoje a Mariana para analisar as causas do rompimento de barragem da Samarco, no distrito de Bento Rodrigues. Especialistas constatam que o acidente já se transformou em desastre ambiental de grandes proporções.

O acidente ocorreu em 5 de novembro, quando 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos atingiram várias comunidades. A lama devastou a região, chegou a outros municípios, eliminou a fauna de grande parte do Rio Doce e, antes de atingir o Espírito Santo, já criou uma crise de abastecimento de água em todo o Vale do Rio Doce.

O autor da proposta da diligência, e que também deve comandá-la, é o presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração da CI, senador Wilder Morais (PP-GO). Ele defendeu a necessidade

de colher informações para auxiliar na prevenção de novos acidentes.

Além da ida a Mariana, a CI vai discutir a situação em audiência pública em Brasília, com representantes da Samarco, do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) de Minas Gerais, do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, do governo do estado, da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília (UnB). Os senadores querem saber que providências estão sendo tomadas pelos órgãos públicos e pela Samarco.

No dia 10, representantes do setor de minerais usados na construção civil discutiram na CI questões como desoneração e segurança jurídica. O setor reivindica um novo marco regulatório.

Roteiro da visita da Subcomissão de Mineração a Mariana: <http://bit.ly/diligenciaMariana>

Em carta ao presidente do Senado francês, Renan diz que ataque é crime contra toda a humanidade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou no sábado carta endereçada ao presidente do Senado francês, Gérard Larcher. Na carta, Renan se solidariza com o governo e o povo franceses e condena os atentados terroristas ocorridos em Paris na sexta-feira. Veja a íntegra:

Do Senado do Brasil ao Senado da França

Ao presidente do Senado da República Francesa, senador Gérard Larcher
Senhor presidente,

Foi com grande emoção e inteiramente consternado que o Brasil recebeu a notícia dos atentados perpetrados ontem à noite em Paris.

Por sua indescritível barbárie e covardia, os atos terroristas são alvo de repúdio, indignação e condenação imediata por parte de toda a comunidade internacional. Não há justificativa possível para os crimes cometidos, não somente contra a França, mas contra toda a humanidade.

Como sabe Vossa Excelência, os valores de liberdade, igualdade e fraternidade, encarnados e promovidos pela França, vêm sendo compartilhados e reverenciados pelo Brasil, ao longo de nossa história.

Em nome do Senado Federal e do povo brasileiro que representamos, apresento-lhe nossas profundas condolências e total solidariedade, neste momento de dor e tristeza para todos nós. Estaremos à disposição do governo francês para qualquer providência que possa atenuar as consequências dessa tragédia.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe os melhores protestos de estima e consideração com que me subscrevo,

Renan Calheiros,
presidente do Senado Federal



Distrito de Mariana devastado pela lama: acidente deixou mortos e danos irreversíveis à região



Em Brasília, manifestantes fazem vigília por vítimas do terror: atentado causou indignação mundial

Penas para crime ambiental e lei antiterror foram temas em Plenário

Punição para os culpados pelo desastre em Minas Gerais e mais segurança contra o terrorismo foram os principais pedidos dos senadores ontem em Plenário.

Jorge Viana (PT-AC) defendeu que a catástrofe de Mariana seja respondida com medidas duras. Para o senador, o rompimento da barragem resulta da ganância das mineradoras e da “opção pelo lucro”, fatores que associou ao descaso com a preservação do meio ambiente e com as condições de vida das pessoas.

— Quanto vai custar a reconstrução? Vai ter conserto? Como vai ficar o rio do qual não se pode beber a água, nem se for tratado? E a vida das pessoas? E as cidades destruídas? — questionou.

Paulo Paim (PT-RS) também cobrou penas duras:

— O Brasil exige que os culpados sejam punidos, sejam eles do Estado ou da iniciativa privada. O Brasil não faz o de-

ver de casa quanto à prevenção de acidentes ambientais por falta de fiscalização — afirmou.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou as empresas envolvidas no acidente de Mariana. Para a senadora, é inadmissível que mineradoras que lucram tanto não consigam impedir que estragos como esse ocorram.

— Questiono, inclusive, como podemos ter uma legislação tão dura contra quem mata um animal silvestre e tão branda com quem mata uma bacia hidrográfica.

Fátima Bezerra (PT-RN) cobrou das autoridades fiscalização para que tragédias similares também não ocorram na Região Nordeste, onde milhares de famílias vivem nas proximidades de barragens.

Mais multa

Acir Gurgacz (PDT-RO) também defendeu mais rigor para quem poluir mananciais de água. Ele acredita que, se houver aumento da pena e

do valor da multa, as pessoas e as empresas agirão preventivamente para evitar desastres.

João Capiberibe (PSB-AP) disse que não é possível relaxar a legislação ambiental. Ele lembrou que as mineradoras têm grande lucro e precisam ter responsabilidade.

— Os impactos produzidos por essa tragédia são irreversíveis. O Rio Doce está morto, toda a fauna desapareceu. Como é que vamos recuperar isso? — indagou Capiberibe.

Ele, Jorge Viana e Gleisi Hoffmann sugeriram que o Senado faça sessão temática em Plenário ou audiência pública nas comissões para discutir as causas e as soluções para a catástrofe de Mariana.

Contra o terror

Para Ana Amélia (PP-RS), os ataques em Paris reforçam a necessidade de o Brasil ter uma lei antiterrorismo. A parlamentar defendeu o projeto que cria essa lei, aprovado pelo Senado

no fim do mês passado e que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Ela acrescentou que espera que os parlamentares que votaram contra a proposta (PLC 101/2015) revejam a decisão e apoiem o projeto. A senadora lembrou que o Rio de Janeiro vai sediar as Olimpíadas no ano que vem e que o Brasil não pode se omitir, inclusive estabelecendo um marco regulatório que combata o terror.

Já Gleisi afirmou que os principais países do mundo devem reavaliar as estratégias adotadas para solucionar a questão e os conflitos na Síria, por meio da diplomacia, e incluir nas negociações as partes verdadeiramente envolvidas.

Ela sugeriu que os países reunidos em encontro do G-20, que ocorre na Turquia, aproveitem a ocasião não apenas para debater questões econômicas, mas para discutir também os problemas do Oriente Médio e dos refugiados sírios.

Segundo Gurgacz, os ataques ocorridos em Paris atingem toda a humanidade. Ele disse esperar que as autoridades consigam solucionar os conflitos na Síria, que fazem com que milhares de refugiados do país busquem refúgio na Europa.

— Essas pessoas são vítimas da ganância, são vítimas da intolerância de governantes que optam pela ditadura no lugar da democracia, pela guerra no lugar da diplomacia, pelo terror em vez da política do diálogo.

Viana enviou sua solidariedade às famílias das vítimas dos atentados em Paris, classificando os ataques como inaceitáveis e covardes.

Para Paim, os recentes atentados terroristas mostram que a intolerância no mundo chegou ao limite. O senador disse ser preciso orar pela paz mundial, pois não há desculpa para a guerra, o terrorismo e toda forma de violência.

Decreto regulamenta publicidade de alimentos infantis

Novas regras que valem desde o início do mês visam controlar o consumo de produtos industrializados e incentivar o aleitamento materno como base da alimentação de bebês e crianças pequenas

Paulo Sérgio Vasco

O GOVERNO VETOU a publicidade de alimentos infantis que seriam prejudiciais à amamentação, como papinhas, leites artificiais e até mamadeiras. A ideia é regular a alimentação das crianças de até 3 anos e evitar a interferência da publicidade nas campanhas de incentivo ao aleitamento materno.

De acordo com o Ministério da Saúde, os estabelecimentos terão o prazo de um ano, a partir da publicação do decreto, para se adequarem às novas medidas. As restrições à propaganda infantil também vêm sendo debatidas no Senado e são tema de projetos que se encontram em tramitação na Casa.

O Decreto 8.552/2015, que regulamenta a Lei 11.265/2006, foi assinado no dia 3 pela presidente Dilma Rousseff na 5ª edição da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A lei trata da comercialização de alimentos para mães e crianças durante o período da amamentação e proíbe que esses produtos, além de mamadeiras e chupetas, tenham propagandas veiculadas nos meios de comunicação.

A regulamentação também restringe descontos e exposições especiais desses alimentos e produtos em supermercados. Quanto à rotulagem, a regra proíbe que as embalagens contenham fotos, desenhos e textos



Olha o aviãozinho: papinhas, leites artificiais e mamadeiras são alguns dos alvos da legislação que incentiva a amamentação e a educação alimentar das mães e seus filhos

que induzam ao uso. E obriga que elas tragam a idade correta indicada para o consumo.

Os rótulos deverão exibir um destaque sobre os riscos do preparo inadequado e instruções para o uso correto, inclusive com medidas de higiene a serem observadas e dosagem para diluição, quando necessário.

Manifesto

No caso de chupetas, mamadeiras e bicos, a nova legislação determina que sejam informados os prejuízos que o uso desses materiais pode causar ao aleitamento materno.

Também é proibida a atuação de representantes comerciais nas unidades de saúde, salvo para a comunicação de

aspectos técnico-científicos dos produtos aos pediatras e nutricionistas.

Ao final da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foi aprovado manifesto para o uso correto, inclusive com medidas de higiene a serem observadas e dosagem para diluição, quando necessário.

O documento foi aprovado por mais de 2 mil pessoas que participaram do evento, entre delegados, convidados, representantes da sociedade civil e observadores internacionais.

O texto propõe ainda que instituições de ensino, pesquisa e extensão, organizações da sociedade civil e escolas públicas



Dilma abre encontro sobre segurança alimentar em que foi assinada a regulamentação

e privadas sejam parceiras nas iniciativas que tratam da segurança alimentar e nutricional.

Entre ações previstas, estão a orientação para a produção, a

comercialização e o consumo de uma alimentação adequada e saudável. Também o controle e a fiscalização social das políticas públicas sobre o setor.

Projetos no Senado também limitam apelo a consumo

Uma série de propostas em tramitação no Senado também tem como objetivo impor restrições à publicidade de alimentos.

Uma delas, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 145/2014, proíbe o uso de símbolo, figura, desenho ou recurso gráfico com elemento de apelo próprio ao universo infantil na rotulagem e na propaganda de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

A ideia é prevenir a ocorrência de acidentes e intoxicação de crianças por esses produtos, tão comuns no ambiente doméstico, conforme explica o autor do projeto, o ex-senador Ruben Figueiró.

A proposta aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Novas mídias

Já o PLS 493/2013, de autoria do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), regulamenta a emissão de conteúdos voltados para o público infanto-juvenil e proíbe a publicidade dire-

cionada a crianças no horário diurno.

A proposta, que se encontra com o relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), tramita em conjunto com o PLS 360/2012, do ex-senador Vital do Rêgo, que também disciplina a publicidade dirigida a crianças e adolescentes.

Um texto substitutivo apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) aos dois projetos prevê que a informação sobre a natureza da obra e a faixa etária a que se destina deve estar contida na divulgação, na venda ou no aluguel de todos os conteúdos na forma de imagens, e não apenas nas fitas de vídeo, como é previsto atualmente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069/1990).

A ampliação da norma visa garantir que também os responsáveis por conteúdos veiculados por novas mídias sejam obrigados a informar a classificação indicativa atribuída ao produto pelo órgão

competente.

O texto de Alvaro Dias também estabelece que revistas e outras publicações destinadas ao público infanto-juvenil, bem como conteúdos audiovisuais propagados por quaisquer veículos, devem priorizar mensagens educativas, artísticas, culturais e informativas.

Açúcar

De autoria do senador José Medeiros (PPS-MT), o PLS 8/2015 obriga as empresas de bebidas açucaradas a informar o teor calórico e advertir sobre os malefícios do consumo abusivo desses alimentos.

Em tramitação na CAS, o projeto conta com parecer contrário do senador Otto Alencar (PSD-BA). No entanto, a proposta será objeto de audiência pública a ser realizada na comissão, por iniciativa das senadoras Lídice da Mata (PSB-BA) e Lúcia Vânia (PSB-GO).

O autor do projeto observa que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que o açúcar consumido seja ape-

nas 10% do total das calorias diárias, que corresponderiam a aproximadamente 50 gramas de açúcar refinado ou 12 colheres de chá.

Medeiros defende a redução desse percentual para 5%. O senador lembra, na justificativa do projeto, que o consumo excessivo de açúcar está ligado a doenças como obesidade, diabetes, Alzheimer e osteoporose, entre outras.

O parlamentar cita ainda pesquisas que indicam que as prateleiras dos supermercados chegam a conter 80% de produtos com açúcar.

Alcool

O PLS 443/2015, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), obriga a exibição de advertência sobre os riscos do consumo de bebida alcoólica por gestantes.

O projeto de lei aguarda indicação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tramita em conjunto com outras 12 propostas apresentadas em anos anteriores.



Os senadores Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Alvaro Dias e José Medeiros são autores de algumas das propostas para regular a publicidade de alimentos

Nutricionista aponta importância de mudar hábitos

Especialista em nutrição clínica funcional e mestre em ciências da saúde pela Universidade de Brasília (UnB), a nutricionista Narjara Bravin concorda com a restrição de publicidade dos alimentos infantis. Ela diz que a amamentação tem vantagens comprovadas e que deve ser estimulada, inclusive como forma de orientar hábitos alimentares futuros.

A nutricionista é mãe de Miguel, de 1 ano e 10 meses, a quem ainda não apresentou o açúcar nem alimentos ultra-industrializados. Segundo ela, a opção por alimentos saudáveis até os 2 anos de idade da criança contribui para a continuidade das boas escolhas até o fim da vida.

Narjara explica que os hábitos alimentares não são formados por imposição.

— Aquilo que é imposto não se torna um hábito, independentemente de ser bom ou ruim. Portanto, bons hábitos alimentares na infância serão originados quando os pais escolherem alimentos saudáveis para eles próprios, influenciando seus filhos a escolherem o mesmo — diz.

De acordo com Narjara, a Lei 11.265/2006 destaca as vantagens da amamentação frente aos produtos comercializados para bebês e mães nesse período.

— A mídia é um importante veículo na conscientização e promotora de mudanças de atitudes. Por isso, ter na mídia propaganda sobre o aleitamento materno traria maior segurança e estímulo a essa ação. Seria interessante que essas propagandas fossem baseadas em exemplos de mães

que escolheram amamentar — avalia.

Alternativas

Narjara lembra, entretanto, a ocorrência de situações adversas para as quais é preciso ter alternativas ao leite materno.

— É importante que as fórmulas infantis para substituição do leite materno existam. A legislação que diz que amamentação é importante e deve ser priorizada também dá o direito de escolha da mãe de querer ou não amamentar.

Além disso, ela ressalta que há doenças que podem impedir a amamentação.

— Por isso, os profissionais de saúde ligados aos bancos de leite e com a amamentação devem orientar a mãe nessas situações e sugerir a fórmula quando necessário — afirma.

Conscientizar família de baixa renda é desafio, diz consultor

O maior desafio no campo da amamentação é conscientizar a população de baixa renda quanto à importância do aleitamento materno. O alerta é do consultor legislativo do Senado Henrique Salles Pinto, ao destacar que esse público representa hoje 60 milhões de pessoas, o que equivale a pouco mais de um quarto da população brasileira.

— As famílias não sabem da importância do aleitamento materno, na perspectiva de médio e longo prazos, para o desenvolvimento intelectual e físico e a própria imunidade fisiológica da criança — afirma.

Segundo o consultor, o país tem cerca de 40% das crianças com até 2 meses de vida alimentadas exclusivamente com leite materno.

— Isso é muito pouco — diz. Autor do estudo *A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil*, Salles Pinto destaca a

importância de comunicar à população de menor renda os resultados dos estudos do governo federal sobre a educação alimentar.

— O público que tem mais conhecimento desses estudos já tem, em certa medida, adotado estratégias semelhantes à do governo federal. Mas o público de baixa renda ainda precisa ter progressivamente uma conscientização um pouco maior da importância do aleitamento materno, para que as crianças dessas famílias tenham a mesma oportunidade de desenvolvimento em longo prazo — afirma.

O consultor entende a iniciativa do governo de restringir a publicidade de alimentos infantis como uma estratégia que contribui para o desenvolvimento nacional e favorece a segurança alimentar e nutricional no país.

— Quando a gente tem índices de obesidade e sobrepeso acima

de 50% na atualidade, isso é um fator bastante preocupante, que tem causas e origem inclusive na primeira infância — diz.

Segundo ele, o aleitamento materno exclusivo nos primeiros 6 meses de vida e até os 2 anos de idade contribui para reduzir a incidência de doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão e sobrepeso.

Henrique Salles Pinto ressalta que a restrição à publicidade anunciada pelo governo procura estimular a alimentação saudável de lactentes, bebês de até 6 meses e crianças de até 3 anos.

Nos primeiros 6 meses de vida, observa, a alimentação deve ser pautada com base no aleitamento exclusivo e, a partir do sexto mês até aproximadamente 2 anos de idade, com um complemento de alimentos variados, mas dentro da perspectiva de alimentação com base no aleitamento.

Para diretor de empresa, impedir propaganda é uma forma de alienação

Definir normas de conduta é melhor do que proibir. A opinião é do diretor de licenciamento da Mauricio de Sousa Produções, Rodrigo Paiva, ao comentar a iniciativa do governo federal de restringir a publicidade dos alimentos infantis.

Para o representante da equipe que produz as histórias da Turma da Mônica, “impedir o acesso ao conteúdo publicitário é uma forma de alienação que pode ser prejudicial ao desenvolvimento das crianças, que serão consumidoras no futuro”.

A empresa licencia os personagens para produtos e publicidades destinados a esse público.

— Acreditamos na educação e informação desde cedo como melhores ferramentas. Temos parcerias com SPC Brasil e Procon da Prefeitura de Campinas, por exemplo, para

levar informações sobre consumo consciente às famílias. O gibi do ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] com os personagens da Turma da Mônica já teve mais de 30 milhões de exemplares distribuídos — afirma.

Segundo Paiva, a Mauricio de Sousa Produções apoia a utilização dos recursos da publicidade de maneira favorável socialmente, como forma de criar estímulos à produção artística e cultural do país, em vez de inviabilizar sua existência.

— A Turma da Mônica e outros personagens que têm surgido e se fortalecido nos últimos anos fazem parte do universo infantil, e provavelmente não existiriam nem teriam oportunidade de crescer em um ambiente com excessivas restrições, fazendo com que muitos artistas deixassem de dar sua contribuição ao de-

envolvimento dos valores da sociedade brasileira — avalia o executivo.

Ele enfatiza que, ao lado de outros setores da sociedade, a empresa quer colaborar com as discussões acerca da regulamentação da área.

Paiva lembra, inclusive, que a Mauricio de Sousa Produções já participou de audiências públicas sobre o tema na Câmara dos Deputados e continua aberta a discutir o assunto no Congresso Nacional.

Para Rodrigo Paiva, ter uma regulamentação que proteja crianças e adolescentes é necessário.

— Tanto que o Brasil já os contempla na Constituição federal, no ECA e no CDC [Código de Defesa do Consumidor], sem contar o código do Conar [Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária], que é constantemente atualizado.



“Acreditamos na informação como melhor ferramenta”, afirma Paiva

Saiba mais

Lei 11.265/2006
<http://bit.ly/Lei11265>

Decreto 8.552/2015
<http://bit.ly/Decreto8552>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Ministros apostam em crescimento do setor de infraestrutura de logística

Representantes do governo consideram que obras federais ganharão eficiência e sustentabilidade com a integração dos modais de transporte

OS SETORES QUE coordenam a agenda de infraestrutura de logística no Brasil apostam no crescimento, com mais investimentos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Ministros e representantes de órgãos do governo apresentaram à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o planejamento estratégico para os próximos anos. O objetivo da audiência, requerida por Wellington Fagundes (PR-MT), foi avaliar o Plano Nacional de Logística Pública, a política federal que está sendo analisada pela CI neste ano legislativo.

Para a execução dos projetos e o andamento das obras com eficiência, baixo custo e impacto ambiental reduzido, os convidados da CI consideram fundamental integrar os diferentes modais de transporte.

— É importante esse quadro por demonstrar aos investidores que temos muito a crescer e grandes perspectivas de novos investimentos com uma ampliação da oferta — afirmou o ministro da Secretaria de Portos, Helder Barbalho.

Ele apresentou a projeção para o período de 2015 a 2042, prazo final das atuais concessões em processo de licitação. O ministro informou que a capacidade de operação



Thomaz Miazaki, Natália Marcassa, Helder Barbalho, Wellington Fagundes, Eliseu Padilha e Franklin Rodrigues

portuária no Brasil é de 1,4 bilhão de toneladas, sendo que hoje são utilizados 63% do total. É grande a expectativa de demanda com aumento das atividades portuárias e investimentos bilionários em terminais privados.

Eliseu Padilha, ministro da Aviação Civil, destacou a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que reduziu de dois anos para seis meses o prazo máximo para a emissão de licenças ambientais dos aeroportos regionais no país. Ele sugeriu a mesma solução para as obras de infraestrutura nas outras áreas do

setor de transporte.

Padilha comemorou a redução no preço das passagens aéreas e defendeu aprofundamento da parceria com o setor privado.

A secretária-executiva do Ministério dos Transportes, Natália Marcassa, destacou as vantagens do planejamento integrado, como permitir a gestores atuarem com projeções para os próximos 35 anos.

No setor de transporte, o programa de investimento em logística em 2012 previa R\$ 42 bilhões em rodovias, concedendo à iniciativa privada 7,5 mil quilômetros. O resultado

até agora são quase 300 quilômetros de rodovias duplicadas. O objetivo é ter cerca de 3,5 mil quilômetros duplicados em cinco anos.

Adiantar o pedido da licença ambiental de obras de infraestrutura, sem esperar pela concessão, pode acelerar a emissão, como destacou Thomaz Miazaki, do Ibama. Ele defende a antecipação dos processos de licenciamento.

Franklin Rodrigues, subprocurador-geral da República, ressaltou o papel do MP na execução dos projetos e na apuração de desvio e superfaturamento.

Comissão recebe sugestões para diminuir número de acidentes

Especialistas em medicina do tráfego, representantes do governo e da Polícia Rodoviária Federal apresentaram ontem ao Senado sugestões para um trânsito mais seguro. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) conduziu um debate sobre os altos índices de acidentes que tanto inquietam o país.

Apesar de ter conquistado uma redução no número de mortes no trânsito nos últimos anos, o Brasil ainda está entre os cinco países com mais vítimas de acidentes no mundo, com 44 mil mortes em

2014. Mas, com uma frota dez vezes menor que a dos outros quatro — Índia, China, Estados Unidos e Rússia —, o país não deveria ter esses índices, de acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego.

Vice-presidente da associação, Juarez Molinari listou as principais causas dos acidentes: má formação dos condutores, fiscalização e punição dos infratores, uso de álcool e drogas e de smartphones.

— Em mais de 90% das vezes a causa mais importante é o ser humano, que é responsável pelos fatores de risco de maior

relevância, como a conjunção do álcool e a condução veicular, as falhas de atenção decorrentes de aparelhos com grande potencial de desviar atenção, como o uso dos smartphones, e a fadiga, ligada a jornadas excessivas na condução dos veículos, principalmente os comerciais — disse Molinari.

Outro grande fator de risco é o excesso de velocidade, responsável por 70% das mortes nas rodovias federais. Uma solução apontada pelo representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, Stênio Benevides, é

mudar o Código de Trânsito Brasileiro para permitir a verificação da velocidade média entre dois pontos.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), pediu que os especialistas enviem uma sugestão de projeto de lei para enfrentar esse problema.

— Apresentar uma minuta de legislação para a prevenção na sala de aula, ou seja, incluir no currículo escolar esse tema. Realizar campanhas de prevenção de acidente de trânsito e que o Senado colabore, esteja integrado nessas campanhas.

Randolfe denuncia desastre ambiental no AP

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) denunciou o que avalia ser o maior desastre ambiental do Amapá, provocado pela instalação de três hidrelétricas no Rio Araguari.

Segundo ele, a promessa era a geração de desenvolvimento, mas o que ocorreu, disse, foi a morte de peixes, o deslocamento da pororoca, o alagamento de parte municipais e o aumento da energia.

— Os pescadores são os mais atingidos e os efeitos secundários repercutem em toda a economia local.

Hélio José lembra os 26 anos de Samambaia

Hélio José (PSD-DF) parabenizou a cidade de Samambaia, no Distrito Federal, pelos 26 anos.



O senador destacou o deslocamento do eixo de desenvolvimento de Brasília para as áreas periféricas e apontou Samambaia como a nova fronteira de expansão da construção civil do DF. Ele disse, porém, que esta e outras cidades demandam infraestrutura urbana e investimento em mobilidade.

Wellington homenageia família Malouf

Wellington Fagundes (PR-MT) homenageou a família Malouf, tradicional em Mato Grosso, cujo patriarca, Samir Malouf, migrou do Líbano para o Centro-Oeste do Brasil na década de 50.

O senador disse que Samir Malouf tem uma história de luta, superação e empreendedorismo, tendo instalado em Cuiabá empresas em áreas como materiais de construção, eletrodomésticos e automóveis.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Em debate sobre violência institucional e racismo, participantes citaram estatísticas sobre alto número de mortes de negros no país e pediram o fim do auto de resistência

Audiência denuncia genocídio de jovens negros

OS JOVENS NEGROS estão sendo vítimas de um verdadeiro genocídio, disseram ontem participantes de audiência pública interativa promovida pela CPI do Assassinato de Jovens para discutir violência institucional e racismo. Eles também pediram o cumprimento efetivo da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação básica.

Os participantes da audiência pediram a extinção do chamado auto de resistência, quando a polícia fere ou mata pessoas que supostamente resistiram à prisão ou atacaram as forças policiais. Os especialistas e militantes do movimento negro disseram que muitos policiais usam o auto de resistência para assassinar jovens negros, inclusive com corriqueira manipulação de cenas de crime, como a inserção de armas e drogas para culpar inocentes.

A coordenadora do Coletivo de Mulheres das Organizações Religiosas do Distrito Federal, pastora Waldicéia Silva, disse que, apesar das conquistas legislativas que o movimento negro conseguiu, é preciso lutar ainda pelo cumprimento dessas leis, como a Lei 10.639.

O fundador do Coletivo de Entidades Negras da Bahia, Marcos Fábio Rezende Correia, afirmou de forma contundente que o grande número de jovens negros assassinados é um genocídio. Ele disse que as estatísticas mostram que são assassinados três vezes mais



Paulo Paim (4º à esq.) coordena debate com frei David, Arruda, Ivanir dos Santos, Waldicéia Silva e Rezende Correia

negros que brancos.

— O Estado brasileiro mata sistematicamente jovens negros. Determinada parcela desse país não tem nem sequer o direito de ir e vir.

Ele disse que a guerra às drogas serve de pretexto para a violência contra o negro.

— Que pessoas morrem? Um helicóptero foi apreendido com mais de 400 quilos de cocaína e não vimos ninguém morto, ninguém preso, e não vimos nada acontecer de forma a dar exemplo. Isso mostra quem se quer prender ou matar e quem se quer deixar livre.

Conscientização

O representante do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, Ivanir dos Santos, lembrou que ajudou a criar, em 1991, a campanha Não Matem Nossas Crianças!, parceria do movimento negro com o Unicef. A campanha, disse, serviu para abrir os olhos do país para a violência contra os negros.

Já o representante do Comitê

Estadual de Promoção da Igualdade Étnico-Racial de Pernambuco, Jorge Arruda, disse que a Lei 10.639 não obriga as escolas a dar aula de umbanda nem de candomblé, como pensam professores que rejeitam a aplicação da lei, mas sim de história e cultura africana e afro-brasileiras.

Arruda registrou que já promoveu cursos para policiais com foco na realidade da juventude negra e na violência. Ele citou o caso de um policial com 20 anos de carreira que, após o curso de 60 horas, disse que tinha sido racista durante toda a vida, até aquele momento.

O fundador do projeto Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), frei David Santos, registrou que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou em setembro a Resolução 129, que trata dos autos de infração, estabelecendo regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investi-

gação de morte decorrente de intervenção policial.

— O auto de resistência é usado para assassinar, para encobrir extermínios. No Brasil, existe pena de morte só para alguns: negros e pobres.

O frei disse que, em 2012, 56 mil pessoas foram assassinadas no Brasil, sendo mais de 30 mil jovens negros de 15 a 29 anos. Menos de 8% dos casos foram apurados pela Justiça.

Assessoria

A representante da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Cida Bento, disse aos senadores que especialistas negros devem trabalhar em todo o processo da CPI, principalmente na assessoria para elaboração do relatório final, que ficará a cargo de Lindbergh Farias (PT-RJ). Para ela, o Judiciário é omissivo, pois raramente investiga e pune os assassinos de negros.

O presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Baobá, Hélio Santos, citou dados do

Relatório Anual das Desigualdades Raciais que mostram que mais de 60 pessoas negras são assassinadas diariamente no Brasil. Para ele, isso demonstra que “o conceito de genocídio faz sentido”.

A representante da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros, Zélia Amador de Deus, defendeu a importância das políticas de ação afirmativa e disse que o Brasil nasceu “sob a égide do racismo, que perpassa todas as instituições do país”. Para ela, a sociedade brasileira é “patológica, doente” por tolerar que os jovens negros sejam vítimas cotidianas de violência.

— A violência contra a juventude negra é estrutural, com raízes na escravidão, e a sociedade tolera porque não vê o negro como cidadão com direitos — afirmou.

Lindbergh disse que também há traficantes em Copacabana e Ipanema, mas ninguém coloca “caveirões” nesses bairros.

— Se você pega um jovem branco com maconha, ele é usuário, se pega um negro, é traficante — disse Lindbergh, ao garantir que o Senado não aprovará a redução da maioria penal.

Durante a audiência, Paulo Paim (PT-RS), que é vice-presidente da comissão, leu comentários e sugestões de internautas, como a de um cidadão de São Paulo que sugeriu que a CPI promova reuniões em municípios do estado.

Congresso faz sessão hoje para analisar vetos presidenciais

O Congresso se reúne hoje, às 19h, para votar 13 vetos da Presidência da República a projetos aprovados no Senado e na Câmara.

Entre os vetos mais polêmicos da pauta, está o VET 26, que rejeita a proposta de

aumento de 53% a 78,56% para os servidores do Judiciário. O governo vetou o reajuste sob argumento de que a medida geraria impacto financeiro contrário ao ajuste fiscal.

Outro veto a ser avaliado é o que rejeitou a correção das

aposentadorias e pensões de acordo com a regra aplicada ao salário mínimo.

Após a análise dos vetos, o Congresso poderá votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária de 2016.

Também estão na pauta sete projetos de lei relativos a matérias orçamentárias. O PLN 2/2015 destina recursos ao pagamento de beneficiários do fundo Aerus e o PLN 3/2015 cria gratificação para representantes dos contribuintes

no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O PLN 4/2015 possibilita o uso de restos a pagar para emendas individuais, enquanto os PLNs 8, 9, 18 e 32/2015 abrem crédito especial e suplementar para vários órgãos.

Medeiros defende reajuste para servidores do Judiciário

José Medeiros (PPS-MT) defendeu a derrubada do veto ao projeto que recompõe as perdas salariais dos servidores do Judiciário (VET 26/2015). Esse e mais outros 12 projetos vetados pela presidente Dilma Rousseff devem ser analisados hoje pelo Congresso.

Segundo ele, a presidente argumenta que a recomposição criaria um impacto para o governo de R\$ 36 bilhões nos próximos quatro anos.

O senador contesta esses números, afirmando que seria de R\$ 10 bilhões. Ele disse que não se trata de aumento de salário, mas reposição de perdas pela inflação. Por isso, não aceita o que chamou de campanha difamatória contra os servidores do Judiciário:

— É muito mais uma queda de braço, uma questão simbólica. Mas é importante que os brasileiros saibam que esses servidores não são um bando de vagabundos.

Ataídes acusa governo de falsear índice de desemprego

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) manifestou ontem preocupação com o desemprego no país. O senador criticou os rumos da economia brasileira e disse que os números que o governo apresenta são uma “farsa”. Ele disse ser melhor ter indicadores ruins, mas transparentes, do que o contrário, pois a distorção de dados prejudica o país.

Segundo o senador, o índice de desemprego, hoje em 8,7%, não é real. Para ele, o desemprego real é muito maior que o apresentado pelo governo.

— Isto é peculiar ao governo do PT: manipular números. Então, este governo, repito, é habilidoso em maquiar números e falsear a verdade — disse Ataídes.



Raupp destaca avanço em obras nas rodovias de RO

Valdir Raupp (PMDB-RO) cumprimentou, em discurso no Plenário, os diretores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e outras autoridades que participaram de recente vistoria nas estradas federais de Rondônia.

Ele destacou a importância da integração da BR-429 com a Bolívia, que tornará possível uma nova ligação rodoviária com o país vizinho.

Raupp mencionou a recente comitiva de senadores que foi verificar as condições da rodovia BR-319, entre Porto Velho e Manaus.

— Essas visitas técnicas têm dado um resultado positivo para as vias de transporte, para a logística do estado de Rondônia.



Fotos: Waldemir Bonetto/Agência Senado

Participantes da edição 2015 do projeto visitaram ontem o Senado e começaram a aprender mais sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Legislativo no país

Jovens senadores são recebidos no Congresso



OS 27 ESTUDANTES selecionados para participar do Projeto Jovem Senador 2015 receberam ontem as boas-vindas de diretores e servidores do

Senado. O projeto é realizado pela Secretaria-Geral da Mesa e pela Secretaria de Relações Públicas, órgão da Secretaria de Comunicação Social, com o apoio da Diretoria-Geral e da Consultoria Legislativa.

O Jovem Senador proporciona anualmente a estudantes do

ensino médio das escolas públicas estaduais e do DF, de até 19 anos, conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do Congresso e a possibilidade de sugerir propostas legislativas.

Ao receber os participantes desta 8ª edição do programa, Telmário Mota (PDT-RR) disse

que uma política de qualidade passa pela conscientização e pelo engajamento dos jovens.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, destacou a importância da parceria com as famílias e escolas. Os estudantes foram selecionados por meio de um concurso de

redação e a primeira colocada foi Mariana Souto Pimenta.

— Até já conversei com os meus colegas sobre algumas possíveis propostas — disse a jovem senadora mineira.

Visite a página do programa: www.senado.leg.br/jovemensenador

Conheça o perfil dos 27 participantes do programa deste ano

 ACRE Maria Eduarda Moura Pinheiro ■ Natural de Cruzeiro do Sul, pretende cursar medicina. "Quero ajudar as pessoas", diz. Lamenta o baixo interesse dos jovens pela política e admira a figura pública do professor. "É a profissão que forma todas as outras."	 ALAGOAS Arabela Melo ■ Nascida em Capela, deseja se tornar uma jornalista "bem-sucedida e viajar o mundo todo para trabalhar nos casos mais polêmicos". Considera que os jovens devem participar de forma efetiva da vida política.	 AMAPÁ Lucas Corrêa do Nascimento ■ Engenharia civil é o foco deste jovem senador de Macapá. "Me enche os olhos e me fascina", afirma. Prefere livros e filmes a esportes e é acreditada que a juventude precisa conhecer melhor seus direitos.
 AMAZONAS Geysa Claudio de Souza ■ A jovem senadora de Manaus sonha em se formar médica especialista em oncologia. Trabalha com sustentabilidade na escola e defende a ação política. Para ela, jovens ativos geram uma sociedade mais participativa.	 BAHIA Matheus Bacelar ■ Melhorar a qualidade de vida da sua cidade, Simões Filho, é o objetivo deste futuro advogado. Participa de ações comunitárias e pensa em atuar na política em defesa de condições igualitárias a todos os cidadãos.	 CEARÁ Raimunda Vitória Barbosa Carneiro ■ Trabalhar com jornalismo e assistência social a idosos são os desejos da estudante de Itapajé. Para ela, os jovens precisam atuar de forma mais efetiva como cidadãos, seja em movimentos da sociedade, seja no Parlamento.
 DISTRITO FEDERAL Victor Henrique Laranja Borges Taquary ■ O brasileiro pensa em cursar direito, mas ainda está em dúvida. A certeza está no objetivo de vida: "Lutar pelos direitos de grupos e minorias que não têm muita voz no cenário político brasileiro".	 ESPÍRITO SANTO Lucas do Nascimento Tomaz ■ O jovem senador nascido em Vila Velha, amante dos livros e de séries de TV, quer ser diplomata. Para ele, os jovens deveriam participar mais da política já que, no futuro, serão responsáveis pela condução do país.	 GOIÁS Márcio Costa Sirqueira ■ O goiano de Campos Belos quer ser advogado e põe em prática o entendimento de que os jovens devem atuar em favor das comunidades em que vivem. Este ano ele já participou da 3ª Conferência Estadual da Juventude.
 MARANHÃO Cinyneia Cantanhêde ■ A moradora de São Luís pretende se tornar juíza federal. "Interesso-me pelo direito da criança e do adolescente. Meu maior sonho é trabalhar em projetos sociais e melhorar a educação pública, em especial nas zonas rurais."	 MATO GROSSO Andressa Costa da Silva ■ É a terceira aluna da Escola Estadual União e Força, de Cáceres, a ser classificada para o Jovem Senador. Quer ser bióloga e médica. Acredita que "os jovens precisam se preparar para poderem escolher melhor seus representantes".	 MATO GROSSO DO SUL Monalisa Iris Quintana ■ Noticiar os momentos históricos do país como jornalista é o sonho da estudante de Campo Grande, que atua como "agente jovem" em sua escola. Para ela, "o jovem deve se mostrar mais interessado pelos acontecimentos ao seu redor".
 MINAS GERAIS Mariana Souto Pimenta ■ A adolescente de Passos espera trabalhar como designer de jogos. Sonha em viajar pelo mundo. Para ela, os jovens devem atuar "com participação ativa e consciente, para ajudar a decidir o futuro do país".	 PARÁ David Williams da Costa Assunção ■ O estudante de Benevides sonha em servir à sociedade como um advogado, defensor público ou juiz. Vê no projeto "a possibilidade de poder propor soluções para os problemas da sociedade brasileira".	 PARAÍBA Antonio Gomes da Silva Junior ■ O paraibano de Cuité quer realmente ser um senador. Espera contribuir para um país melhor, com saúde, educação e segurança de qualidade, sem corrupção, em que os cidadãos conheçam seus direitos e deveres e os exerçam.
 PARANÁ Eduardo Augusto Buss Wisbiski ■ No futuro, o estudante de Ponta Grossa que ser pesquisador nas áreas de biologia e química. Destaca a importância de os jovens analisarem com crítica as informações que recebem pelas mídias e por outras pessoas.	 PERNAMBUCO Amanda Carla Borba ■ Cursar direito e contribuir para que mudanças ocorram de fato no Brasil é o sonho da jovem de Cumaru. Acredita que movimentos juvenis, ao lado de ONGs e sindicatos, podem efetivar melhorias no ambiente e na sociedade.	 PIAUI Franciele Cardoso de Brito ■ A adolescente de Cocal dos Alves espera que o Brasil venha a ser um país sem preconceitos, com respeito ao meio ambiente, jovens mais engajados e oportunidades para todos. Pretende cursar direito e se tornar desembargadora.
 RIO DE JANEIRO Millena Wanessa Amaral ■ Fluminense de São Pedro da Aldeia, quer ser diplomata e buscar relações pacíficas entre países. "Acho que a participação política dos jovens deve ser ativa, crítica e constante, fugindo da conformidade e alienação."	 RIO GRANDE DO NORTE Ingrid Caroline Alves ■ Na sua escola, em Jaçanã, a futura engenheira civil participa do grêmio estudantil, do conselho escolar e de cursos de empreendedorismo. Defende que os jovens tenham mais consciência política e cidadã.	 RIO GRANDE DO SUL Flávia Dall'Agnol de Oliveira ■ Participante do movimento Geração Nova, a moradora de Pará atua pelo respeito à diversidade. Quer estudar direito e acredita que os jovens que participam assiduamente da política são exemplo para os demais.
 RONDÔNIA Roberto Macurap ■ Morador de Guajará-Mirim, quer estudar direito e espera ser juiz. Gosta de jogar futebol, estudar e dançar. Acredita que a participação política dos jovens na sociedade deve ser auxiliar nas necessidades e dentro das possibilidades.	 RORAIMA Joice Reis Nascimento ■ Os sonhos da moradora de Boa Vista são se tornar nutricionista e ver todos os cidadãos com acesso aos seus direitos. Para ela, os jovens devem buscar se informar sobre o que acontece em seu município, em seu estado e no país.	 SANTA CATARINA Emanuela Hannooff Pilon ■ Participante de programas de capacitação no meio rural e de preservação dos recursos hídricos, a moradora de Orleans quer estudar engenharia. Considera que a opinião dos jovens precisa ser levada em conta nas decisões políticas do país.
 SÃO PAULO Lana Lima Oliveira ■ Artista de Jales, desenha mangás e toca taiko, um instrumento de percussão japonês. Também se interessa por astronomia, filosofia, sociologia e história. Acredita que a política deve ser mais acessível aos jovens e mais discutida nas escolas.	 SERGÍPE Maria Clara Prado Bezerra Nogueira ■ Futura médica de Aracaju, considera que o Senado toma decisões importantes para o país e viu no programa uma forma de se tornar uma cidadã mais crítica diante da política e da vida social, pois considera a visão crítica essencial.	 TOCANTINS Adrielle Moreira de Souza ■ Participante do PSD Jovem em Combinado, a adolescente sonha em cursar medicina. Atua na inclusão social de jovens por meio dos esportes e das artes. Defende que os jovens conheçam seus líderes e votem de forma consciente.

Fotos: Marcos Oliveira/Agência Senado

